

A Comissão Executiva da Especialização
Para apreciação e parecer

Luís António 23/11/2014
Bastonário



REQUERIMENTO PARA OUTORGA DO TÍTULO DE ESPECIALISTA

Luís António Sigma/PT
Senino

Exmo. Senhor Bastonário da
ORDEN DOS ENGENHEIROS
Av. António Augusto de Aguiar, N.º 3-D
1069-030 LISBOA

Nome CARLOS HENRIQUE DA SILVA OTTO RODRIGUES
Residente em RUA LUCIANO SILVA BARROS, 179, APARTAMENTO 3.3.5, 4470-113 Maia
Telm. 962030101 Telef. (serviço) _____ Fax _____
Email carlosrodrigues@azulejos-sa.com Data de nascimento 12/09/1978
diplomado em Engenharia Civil por UTAD
com a Classificação final de 13 valores, no ano de 2002, membro
efectivo da Ordem dos Engenheiros n.º 41266, com o nível de qualificação
profissional SENIOR, vem requerer que lhe seja outorgado o título
de Engenheiro Especialista em DIREÇÃO E GESTÃO DA CONSTRUÇÃO.

Para o efeito junta a seguinte documentação:

- Curriculum vitae segundo o modelo europeu ou formato similar, com suficiente detalhe nas componentes escolar e profissional;
- Elementos para apreciação da candidatura constituídos por:
 - resumo de actividade profissional demonstrativa de pelo menos dez anos de exercício na área da especialização e relevante para salientar o mérito profissional, tanto pelos trabalhos realizados de natureza profissional técnica e/ou científica, como pelas responsabilidades assumidas;
 - documentação de trabalhos profissionais, técnicos e/ou científicos efectuados ou orientados pelo candidato, que relevem para a atribuição do título.
- Outros elementos que considere com interesse para a atribuição do título.

LISBOA, 03 de NOVEMBRO de 2014

[Assinatura]
(assinatura)

NOTA: Após despacho pretendo:

Reaver trabalhos ☐

Não reaver trabalhos: ☒



De acordo com o processo apresentado e com o parecer da CE da Especialização, o Conselho Nacional do Colégio de Eng. Civil concorda com o parecer de DESFAVORÁVEL da Comissão de Especialização e da Direcção e Gestão da Construção

COMISSÃO EXECUTIVA DA ESPECIALIZAÇÃO EM
"DIRECÇÃO E GESTÃO DA CONSTRUÇÃO"

23 Jun 15
Artur Pires

Reavaliação da Candidatura ao título de Especialista

Eng. Carlos Henrique da Silva Otto Rodrigues

Nova avaliação com base no recurso do candidato, enviado através de carta não datada, recebida na Ordem dos Engenheiros em 5 de Março de 2015, com o nº de entrada 439. O candidato não enviou novos documentos para apreciação.

Membro efetivo nº 41.266, com o nível de qualificação profissional de SÉNIOR

Candidatura inicial – Nº de entrada - 1.170, de 6 de Novembro de 2014

A candidatura inicial fora instruída, com os seguintes elementos:

- Dossier de apresentação, que inclui o Requerimento, uma Declaração de autenticidade e o Currículo em formato europeu;
- Volume 1, que inclui uma Introdução, o Resumo da Atividade, o Currículo escolar, o Currículo profissional, a Formação complementar e Conclusões;
- Volume 2, constituído pela Tese de Mestrado intitulada "Proposta de Relatório Mensal, como instrumento de controlo de obra", realizada pelo candidato no âmbito do Mestrado em Construção e Reabilitação Sustentáveis, área de especialização em Conservação e Reabilitação de Edifícios
- Volume 3, que inclui Manuais de Formação da empresa Lúcios, documentos da Comissão Técnica 0701da ANQIP e quatro trabalhos de grupo de índole académica, em que o candidato participou no contexto de Mestrado;
- Volume 4, constituído por catálogos de obras da Lúcios (2) e uma Declaração da entidade patronal (Lúcios)

Recurso – Nº de entrada – 439, de 6 de Março de 2015

O recurso foi instruído com os seguintes elementos:

- Carta de recurso, com entrada na OE a 5 de Março de 2015;

Filiação Profissional

Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros;

Curriculum Académico

Licenciatura em Engenharia Civil, pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, em 2002 (classificação final de 13 valores).

Parte Escolar do Mestrado (pós-Bolonha) em Construção e Reabilitação Sustentáveis – área de especialização em Conceção e Gestão Sustentável de Edifícios, na Universidade do Minho, em julho de 2013 (classificação final de 14 valores).

Mestrado (pós-Bolonha) em Construção e Reabilitação Sustentáveis – área de especialização em Conservação e Reabilitação de Edifícios, na Universidade do Minho, em dezembro de 2013 (classificação final de 15 valores).

Curriculum Profissional

Resume-se em seguida a atividade profissional, de acordo com os dados apresentados na candidatura inicial. A informação detalhada consta da avaliação anteriormente efetuada, enviada ao candidato ao abrigo do ofício da OE com a referência nº 14/SC, de 6 de fevereiro de 2015.

O Candidato apresenta 12 anos de atividade profissional, com funções de direção de obra (10 anos) e de direção de produção (2 anos), bem como de Projetista e como consultor na área da Segurança e Saúde.

2002 a 2004 – João Fernandes da Silva e Filhos, SA – Diretor de Obra

2004 - 2009 – Lúcios, Engenharia e Construção SA – Diretor de Obra

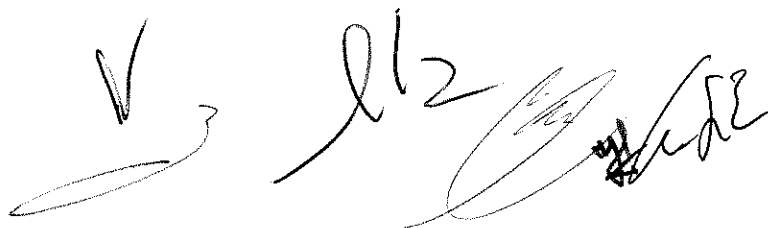
2009 - 2012 – Lúcios, Engenharia e Construção SA – Gestor de Direção de Obra

Desde 2012 – Lúcios, Engenharia e Construção SA – Diretor de Produção

O Candidato desenvolveu trabalho como projetista em regime de profissão liberal, descrita genericamente como atividades de Projetista de Edifícios, Arquitetura e Especialidades, além de atividade como Consultor descrita, apenas e genericamente, como atividade liberal na área dos Planos de Segurança e Saúde e da Coordenação de Segurança em Obra, para diversas empresas não especificadas.

Tendo participado em Comissões Técnicas da ANQIP – Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais, o Candidato identifica a Comissão Técnica 0701 (Sistemas de aproveitamento de águas pluviais em edifícios), a Comissão Técnica 1301 (Coberturas ajardinadas) e a Recuperação e Reutilização de Materiais em Edifícios.

O Candidato é detentor do CAP de Formador, tendo lecionado cursos de formação interna na empresa Lúcios onde trabalha desde 2004. Na candidatura inicial, referia ter ministrado, em 2012, três ações de formação internas na Lúcios, referidas abaixo. Note-se que os respetivos manuais incluídos no processo de candidatura eram documentos internos da empresa, sem identificação de autores, sendo que o candidato no processo inicial não indicava ser o autor desses manuais. Os cursos em causa são:

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized 'V' followed by a signature that appears to be 'Lúcius'. To the right of this is another signature, and further right is a signature that looks like 'J. Silva'. The signatures are written over the bottom of the page, partially overlapping the footer text.

- "Novos Processos Construtivos e Reabilitação de Edifícios", para Diretores de Obra (16 h.)
- "Tecnologias e Materiais de Construção Inovadores", para Diretores de Obra Adjuntos (4 h.)
- "Formação Técnica de Construção Civil", para Encarregados (certamente, por lapso, o certificado da empresa apresentado para esta formação é relativo à primeira, pelo que não fica claro se o Candidato ministrou este curso e quantas horas lecionou da duração total do mesmo).

Assim, a candidatura inicial denota como trabalhos técnico-científicos, os seguintes:

- A Tese de Mestrado que realizou em 2013, para obtenção do Grau de Mestre, na Universidade do Minho, intitulada *Proposta de Relatório Mensal, como instrumento de controlo de obra*.
- Os Manuais de Formação da empresa Lúcio dos Cursos "Novos Processos Construtivos e Reabilitação de Edifícios", para Diretores de Obra, e "Formação Técnica de Construção Civil", para Encarregados, mas que são documentos com o nome da Lucios na capa, não tendo autor identificado e não havendo qualquer indicação no CV do Candidato sobre a autoria desses documentos.
- Duas Especificações Técnicas da Comissão Técnica 0701 da ANQIP (a ETA 0701 ANQIP e a ETA 0702 ANQIP), não havendo referências ao motivo dessa inclusão, pelo que se fica sem saber o grau de colaboração do Candidato no seu desenvolvimento, sendo que esses documentos não têm identificação de autores.
- Quatro trabalhos de grupo desenvolvidos no âmbito do Mestrado, para diferentes disciplinas e em temas relacionados com as matérias aprendidas nessas aulas, em que o nome do Candidato figura como um dos elementos do grupo de trabalho escolar, bem como uma apresentação em powerpoint, relativa a um outro trabalho escolar, com identificação do número do grupo que a elaborou, mas sem identificação dos respetivos alunos desse mestrado. Releva-se que se trata essencialmente de trabalhos de caráter académico de disciplinas do Mestrado Pós-Bolonha que obteve.

CrITÉRIOS de Avaliação

Por aplicação dos critérios de avaliação, na candidatura inicial, obteve-se a classificação de **56, 0 %**.

- Valor Profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares – peso 25% (análise curricular) - $25\% \times 50\% = 12,5\%$*
- Relevância das funções desempenhadas na área da especialização – peso 30% (responsabilidade das funções) - $30\% \times 70\% = 21,0\%$*
- Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização – peso 15% (documentação comprovativa) - $15\% \times 50\% = 7,5\%$*
- Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas – peso 10% (documentação comprovativa) - $10\% \times 70\% = 7,0\%$*
- Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização – peso 10% (documentação comprovativa) - $10\% \times 30\% = 3,0\%$*
- Experiência como formador - peso 5% (experiência comprovada) - $5\% \times 30\% = 1,50\%$*
- Conteúdo e organização da documentação entregue – peso 5% (apreciação qualitativa) - $5\% \times 70\% = 3,5\%$*

The bottom of the page features several handwritten marks. On the left, there is a large checkmark above a long, sweeping horizontal line. To the right of this, there are three distinct handwritten signatures or initials in dark ink.

Conclusões

Analisado o recurso apresentado pelo candidato releva-se que:

1 – O candidato não apresentou novos documentos para apreciação, que se destinassem a justificar o motivo por que não concorda com a avaliação inicial, tendo suportado a sua reclamação na exposição dos motivos que, no seu entender, deveriam originar classificações diferentes em alguns dos itens da avaliação.

2 – O candidato começa por afirmar, no carta em que recorre da avaliação efetuada, o seguinte:

"No procedimento para atribuição do título de Engenheiro Especialista em Direção de Gestão da Construção são definidos os critérios de avaliação dos candidatos".

Esta afirmação corresponde inteiramente com os procedimentos instituídos, pelo que se concorda inteiramente.

3 – Logo a seguir, o candidato continua:

"A média pondera desses critérios definem como valor mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) para que a comissão possa atribuir parecer favorável".

A lamentável construção gramatical desta frase torna confusa a leitura do texto, mas admite-se que pretende apenas sublinhar a existência de um valor mínimo da classificação final exigido para a atribuição do título de especialista, o que é também um facto.

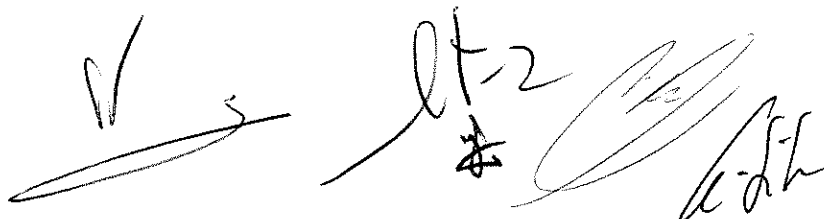
4 – Como consequência, o candidato conclui finalmente (transcreve-se o texto do candidato):

"Entendo pois, que nos parâmetros em que a comissão atribua uma classificação inferior aos referidos 65%, a mesma comissão entende que o candidato não reúne as condições mínimas no respetivo parâmetro em causa. A minha contestação é suportada por esse princípio."

Ora, convém relevar que a noção de um valor mínimo da avaliação para se considerar um candidato em condições de ser proposta a atribuição do título de especialista tem total cabimento no âmbito de uma avaliação que resulta da ponderação de um conjunto alargado de fatores – 7 fatores, no caso da grelha de avaliação em vigor na Especialização em Direção e Gestão da Construção – não se podendo tirar conclusões isoladamente sobre a classificação alcançada por um candidato, num desses fatores, nomeadamente como sendo uma classificação "negativa" por se situar abaixo de 65%. Tratando-se aliás de um conjunto (alargado, relembra-se) de fatores, é perfeitamente possível e ocorre frequentemente um candidato ter classificações abaixo de 65% ou de 50% e ainda assim conseguir alcançar um valor global de avaliação superior a 65% (obtendo assim o título), e vice-versa. Como é sabido, qualquer profissional pode ter conhecimentos e experiência muito fortes em certas áreas e ser menos fortes ou até pouco experiente noutros. Uma média ponderada pretende precisamente traduzir isso mesmo.

5 – Em seguida, o Candidato analisa cada uma das alíneas da avaliação efetuada, com as seguintes observações:

Alínea b) - Relevância das funções desempenhadas na área da especialização

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a long, sweeping signature, followed by the initials 'lt-2' with a small star-like mark below them, and then two more distinct signatures on the right side.

Classificação atribuída pela Comissão – 70%. O candidato concorda com a classificação atribuída. Contudo, refere que (citação): “Entendo que deveria estar relacionada com a classificação do primeiro parâmetro”, parâmetro esse que se analisa mais à frente e cuja classificação tinha sido de 50%. Considera-se que os dois parâmetros procuram avaliar aspetos distintos e não estão necessariamente relacionados entre si. Aliás, se o estivessem, seria então caso para se considerar que a grelha de avaliação utilizada teria uma grave falha de qualidade, pois poderia levar a que um candidato fosse duplamente penalizado por uma avaliação “repetida” de um mesmo atributo da sua experiência ou capacidade, pelo que um candidato que não obtivesse uma boa classificação no primeiro parâmetro, não poderia nunca alcançar uma melhor classificação no segundo (qualquer candidato menos forte nessa área perderia sempre muita pontuação no conjunto desses dois fatores).

Entende-se que as duas alíneas avaliam aspetos objetivamente distintos, pelo que a classificação de 70% atribuída está devidamente justificada e não deve ser alterada para corresponder com o valor que se considerar adequado atribuir na alínea a), caso esse valor não venha a atingir este patamar de 70%.

Alínea d) - Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas

Classificação atribuída pela Comissão – 70%. O candidato concorda com a classificação atribuída.

Alínea e) - Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização

Classificação atribuída pela Comissão – 30%. O candidato concorda com a classificação atribuída.

Alínea g) - Conteúdo e organização da documentação entregue

Classificação atribuída pela Comissão – 70%. O candidato concorda com a classificação atribuída.

Alínea a) - Valor Profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares


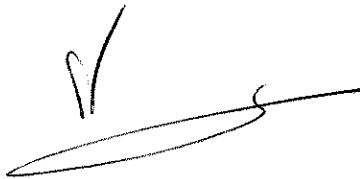
Classificação atribuída pela Comissão – 50%. O candidato não concorda com a classificação por (citação):

1. Ser membro sénior da OE;
2. Possuir um currículo com mais de 12 anos de experiência na especialidade, desempenhando as funções com bons resultados, evidenciando cartas de recomendação e declarações abonatórias de várias entidades;
3. Ter exercido e exercer funções de gestão e direção de obra em obras de praticamente todos os tipos;
4. Ter trabalhado para um elevado leque de entidades (donos de obra), que enumera;
5. Ter trabalhado com empresas de referência da área de fiscalização, que enumera;

Por estes motivos, considera que a sua classificação nesta alínea deveria ter sido de 65%, por entender esse valor como avaliação mínima que traduz parecer favorável ao parâmetro em análise.

Não se concorda com a opinião expressa pelo candidato, pelo seguinte:

O referido no ponto 1 – ser membro sénior da OE – decorre de uma apreciação distinta da persente avaliação, pois tem em conta meramente o número de anos de atividade profissional e o parecer favorável de pelo menos 3 membros seniores da OE, que não invalida



reconhecimento do candidato para essa distinção, mas não implica, por si só, que um membro da OE passe a ter uma classificação elevada na avaliação do seu valor profissional para efeitos de uma especialização.

Os aspetos referidos nos pontos 2 a 5 são perfeitamente compatíveis com a classificação de 50% anteriormente atribuída, não se considerando que se justifique ser alterada.

Mesmo ponderando a eventualidade de ser revista esta classificação para um valor de 65%, que não se consegue atribuir com base nos elementos apresentados pelo candidato, a classificação final manter-se-ia inferior ao mínimo exigível.

Alínea c) - Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização

Classificação atribuída pela Comissão – 50%. O candidato não concorda com a classificação por (citação):

1. Possuir dois Mestrados – um em Conceção e Gestão Sustentável de Edifícios (média de 14 valores) e outro em Conservação e Reabilitação de Edifícios (média de 15 valores);
2. Ser Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho

Por estes motivos, considera que a sua classificação nesta alínea não deveria ser inferior a 65%, por entender esse valor como avaliação mínima que traduz parecer favorável ao parâmetro em análise.

Não se concorda com a opinião expressa pelo candidato, porque este não demonstra, através dos elementos entregues, que possui efetivamente dois mestrados.

Alínea f) – Experiência como formador

Classificação atribuída pela Comissão – 30%. O candidato não concorda com a classificação por (citação): *“Ter dificuldades em entender, sendo formador, com manuais de formação editados, com o curso de Formação Pedagógica de Formadores com média de 16, me seja atribuída uma classificação de 30%”*

Na candidatura apresentada inicialmente, o Candidato não indica que é autor dos Manuais de Formação da Lúcios nela apresentados. Aliás, os referidos Manuais têm notoriamente uma identificação como sendo um documento da empresa, nomeadamente evidenciando o logótipo da empresa, mas não têm indicação de qualquer autor, o que é compatível com a forma como nas empresas este tipo de documentos são desenvolvidos, com a colaboração de vários técnicos e em evolução continuada, no tempo, com base nas melhorias que se justifique irem sendo introduzidas, até pela experiência de diferentes contributos que podem absorver. Admite-se obviamente que o Candidato tenha contribuído para o desenvolvimento dos referidos Manuais, apesar de nada constar sobre isso no processo de candidatura inicial. O próprio Currículo do Candidato apenas refere que foi formador interno na empresa, nessas ações de formação, identificando as datas, o público-alvo, etc., o que não justifica a afirmação apresentada no recurso de “ser um formador com manuais de formação editados”, sendo que não apresentou no recurso quaisquer elementos novos para análise. Note-se ainda que, relativamente ao Curso de “Formação Técnica de Construção Civil”, para Encarregados, certamente, por lapso, o certificado da empresa apresentado na candidatura inicial para esta formação é relativo ao Curso “Novos Processos Construtivos e Reabilitação de Edifícios”,

The bottom of the page features several handwritten signatures and marks. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are two more distinct signatures, one of which appears to be a name like 'Lúcio'. Further right, there is a signature that looks like 'Lúcio' followed by a checkmark. The marks are in black ink on a white background.

para Diretores de Obra (16 h.), pelo que não fica claro se o Candidato ministrou este curso e quantas horas lecionou da duração total do mesmo.

Assim, considera-se que o reduzido número de formações que apresenta, apoiadas em Manuais de Formação da empresa (em cujo desenvolvimento se admitiu ainda assim poder ter colaborado), justificam a classificação de 30% anteriormente atribuída.

Contudo, caso possam existir dados demonstrativos de ser o Candidato o autor dos referidos Manuais de Formação, contrariamente ao evidenciado na candidatura inicial e que pudessem ter sido adicionados no recurso apresentado, sempre se releva que uma eventual alteração da classificação desta alínea para um valor superior (e que nunca atingiria, mesmo assim, o valor máximo de 100%), conduziria sempre a uma avaliação global inferior a 65%, que se traduz pela não proposta de atribuição do Título de Especialista.

Estes elementos vêm reiterar a noção já expressa anteriormente de o Candidato tem reconhecidamente muito trabalho realizado e uma evolução profissional ao nível da direção da construção que perspetivam poder vir a adquirir, pelas funções que está a desempenhar, capacidades de gestão que o habilitarão com as competências para ultrapassar o limite instituído para obter o Título de Especialista.

Decisão da Comissão

A Comissão deliberou, em reunião de 17 de junho de 2015, manter o parecer “**desfavorável**” à atribuição do título de **Especialista em Direção e Gestão da Construção** ao Eng. Carlos Henrique da Silva Otto Rodrigues.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Lisboa, 17 de junho de 2015

